

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL.



PARTE I.



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA NACIONAL,

Rua da Guarda Velha

186

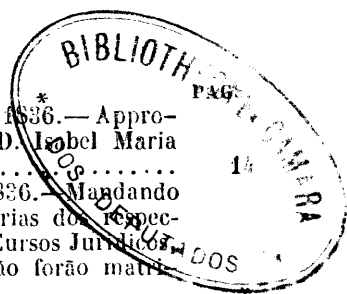
INDICE DAS LEIS



	PAGAS
N. 1.— Decreto de 31 de Maio de 1836.— Sanccionando a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que declara comprehendida na excepção do art. 4.º da Lei de 25 de Novembro de 1830 ao Capitão de Mar e Guerra Matheus Welch.....	1
N. 2.— Decreto de 1 de Junho de 1836.— Fazendo extensiva a todos os Officiaes Engenheiros empregados em Commissões as disposições da Lei do 1.º de Outubro de 1834.....	10
N. 3.— Decreto de 1 de Junho de 1836.— Approvando a Pensão concedida a D. Maria Adelaide de Azevedo Peçanha e Souza.....	2
N. 4.— Decreto de 28 de Junho de 1836.— Autorisando a Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro a organisar a sua Secretaria, Contadoria e Thesouraria, e a dar gratificações aos seus Empregados.....	11
N. 5.— Decreto de 23 de Junho de 1836.— Declarando o Padre Antonio Joaquim do Nascimento Belleza no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro....	12
N. 6.— Decreto de 4 de Julho de 1836.— Determinando que ás pessoas approvadas nos exames de Pharmacia se conceda o mesmo Titulo, que, antes da Lei de 3 de Outubro de 1832, se concedia.	13
N. 7.— Decreto de 13 de Julho de 1836.— Approvando a Tença concedida ao Brigadeiro Manoel Antonio Leitão Bandeira.....	14
N. 8.— Decreto de 13 de Julho de 1836.— Declarando que os Membros do Conselho de Estado continuarão a receber os seus ordenados.....	15
N. 9.— Decreto de 13 de Julho de 1836.— Ordenando que a Provincia do Rio de Janeiro de mais dous Deputados e um Senador a Assembléa Geral, e a da Bahia mais um Deputado e um Senador.	16

N. 10.—Decreto de 2 de Agosto de 1836.— Elevando a dous contos e quatrocentos mil réis a congrua do Bispo de Goyaz.....*	6
N. 11.—Decreto de 23 de Agosto de 1836.— Approvando a Pensão concedida ao Primeiro Tenente da Armada João da Silva Lisboa.....	»
N. 12.—Decreto de 23 de Agosto de 1836.— Approvando as Pensões concedidas aos Segundos Tenentes da Armada Nacional Manoel Lopes Pinhel, e Antonio Velloso.....	7
N. 13.—Decreto de 23 de Agosto de 1836.—Approvando a Pensão concedida ao Commissario da Escuna União José Francisco de Souza.....	»
N. 14.—Decreto de 26 de Agosto de 1836.— Approvando a Pensão concedida a D. Anna Luiza Silveira da Motta.....	8
N. 15.—Decreto de 26 de Agosto de 1836.— Declarando que em lugar de—Maria Felizarda, viuva de Manoel Pinto—mencionada na Resolução de 9 de Outubro de 1835, deve ler-se—Maria Vicencia Teixeira, viuva de Francisco Pinto de Araujo.	»
N. 16.—Decreto de 30 de Agosto de 1836.—Ordenando que seja paga pelos cofres da Fazenda Nacional a Pensão de cem mil réis que percebião D. Emecenciana do Nascimento Lima, D. Esmeria Francisca de Lima, e D. Francisca de Borja Lima.	9
N. 17.—Decreto de 30 de Agosto de 1836.— Approvando a mercê da sobrevivencia da Pensão concedida a Maria Antonia da Silva Rosa, e suas irmãs, da Provincia de Goyaz.....	»
N. 18.—Decreto de 30 de Agosto de 1836.— Approvando a Tença concedida ao Major João Francisco Leal.	10
N. 19.—Decreto de 31 de Agosto de 1836.— Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel reformado Felix de Seixas Souto Maior.....	»
N. 20.—Decreto de 10 de Setembro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Anna Barbara de Jesus.....	11
N. 21.—Decreto de 10 de Setembro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Chefe de Esquadra Paulo Freire d'Andrade.....	»
N. 22.—Decreto de 10 de Setembro de 1836.— Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel Fredesvindo da Silva Leite.....	12
N. 23.—Decreto de 10 de Setembro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Chefe de Esquadra reformado Joaquim Mourão Pinheiro.....	»
N. 24.—Decreto de 11 de Setembro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a Jesuina Emilia de Medeiros.....	13

- N. 25.—Decreto de 11 de Setembro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Isabel Maria Heredia..... 14
- N. 26.—Decreto de 13 de Setembro de 1836.—Mandando admitir a fazer acto das materias dos respectivos annos os Estudantes dos Cursos Juridicos que, por falta dos exames, não foram matriculados..... 15
- N. 27.—Decreto de 20 de Setembro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Isabel Waston. 15
- N. 28.—Decreto de 24 de Setembro de 1836.—Mandando comprehender na Aposentadoria concedida ao Conselheiro Antonio Homem do Amaral os vencimentos que tinha nos lugares annexos ao de Thesoureiro Mór..... »
- N. 29.—Decreto de 24 de Setembro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a Salvador Cardoso de Oliveira, com sobrevivencia ás suas tres filhas. 16
- N. 30.—Decreto de 1 de Outubro de 1836.—Autorizando o Governo para continuar a pagar ao Cirurgião Mór José Alexandrino Dias de Moura o vencimento de trezentos mil réis..... 17
- N. 31.—Decreto de 3 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Coronel Graduado Joaquim Francisco das Chagas Catete..... »
- N. 32.—Decreto de 3 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Coronel João Carlos Pardal. 18
- N. 33.—Decreto de 3 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida ao Senador Manoel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá, com sobrevivencia a favor de seus nove netos..... »
- N. 34.—Decreto de 3 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida a D. Leonor Joaquina Lobão. 19
- N. 35.—Decreto de 3 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho..... »
- N. 36.—Decreto de 4 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Coronel José Ferreira da Cunha..... 20
- N. 37.—Decreto de 10 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida ao Brigadeiro Pedro Labatut..... »
- N. 38.—Decreto de 10 de Outubro de 1836.—Declarando que as Forças de terra para o anno financeiro de 1837—1838 são as mesmas fixadas pela Lei de 26 de Agosto de 1835, com as alterações neste exaradas..... 21
- N. 39.—Lei de 10 de Outubro de 1836.—Pechando nulla a Lei da Assemblha Legislativa do Parahyba de 19 de Maio de 1835, sobre do recrutamento..... 22



N. 40.—Lei de 11 de Outubro de 1836.—Mandando suspender na Provincia de S. Pedro do Sul, por espaço de um anno os §§ 6.º até 10 do artigo 179 da Constituição.....	23
N. 41.—Lei de 14 de Outubro de 1836.—Declarando nulla a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, na parte em que dispõe dos bens pertencentes á ordem dos Religiosos Carmelitas.....	25
N. 42.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Declarando que as Forças de mar para o anno financeiro de 1837—1838, são as mesmas fixadas pela Lei de 27 de Agosto de 1835, com as alterações neste mencionadas.....	26
N. 43.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Autorizando o Governo a promover aos postos immediatos os Militares do Exercito e Armada nas Provincias do Pará e S. Pedro do Sul.....	27
N. 44.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Declarando a José Antonio Esperança no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.....	»
N. 45.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Thereza Delfina Rita de Lemos e Amaral.....	28
N. 46.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Candida Maria de Moraes Sarmiento.....	»
N. 47.—Decreto de 15 de Outubro de 1836.—Approvando o contracto celebrado pelo Governo com a casa de Tarrand Thomaz, ácerca da empreza dos Paquetes por vapor.....	29
N. 48.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Declarando que os Alvarás de 16 de Dezembro de 1790, e 17 de Dezembro de 1802, continuarão a regular as reformas dos Officiaes da extincta segunda Linha.....	30
N. 49.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Concedendo aos Continuos da Secretaria e Pagadoria do Arsenal de Guerra o ordenado annual de 300\$000.	»
N. 50.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Concedendo ao Governo um credito complementar de dous mil contos.....	31
N. 51.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Approvando as aposentadorias concedidas aos Desembargadores Luiz Antonio Barboza de Oliveira, João Homem de Carvalho, Pedro Madeira de Abreo Brandão, Manoel Ferraz Pinto, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, José Bonifacio de Araujo Azambuja, Antonio de Almeida Silva Freire da Fonseca, André Gonçalves de Souza, e Francisco Xavier Furtado de Mendonça.....	32



N. 52.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador João Martiniano Barata.....	32
N. 53.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro.....	33
N. 54.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Costa Barradas.....	»
N. 55.—Decreto de 17 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco José Nunes.....	34
N. 56.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Marechal de Campo reformado Duarte Guilherme Corrêa de Mello..	35
N. 57.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Major José Fernandes dos Santos.....	»
N. 58.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Coronel Francisco Carlos de Moraes.....	36
N. 59.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Coronel reformado Felix Merme.....	»
N. 60.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Autorizando os Directores dos Cursos Juridicos a admitir a fazer acto os Estudantes que se acharem habilitados pela Congregação.....	37
N. 61.—Decreto de 20 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Anna Rodozinda Vendelina da Silva.....	»
N. 62.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Brigadeiro Raymundo José da Cunha Matos.....	38
N. 63.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro.....	»
N. 64.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida repartidamente aos filhos do finado Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz.....	39
N. 65.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Rodriguez de Lima Pinto...	40
N. 66.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida a D. Anna Jacquina Galvão de Moura e Lacerda e seus filhos.....	»
N. 67.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Capitão Tenente João Francisco Regis.....	41

	PAGS.
N. 68.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues.....	41
N. 69.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida ao Capitão de Fragata Guilherme Eyre.....	42
N. 70.—Lei de 22 de Outubro de 1836.—Orçando a Receita, e fixando a Despesa Geral do Imperio para o anno financeiro de 1837—1838, e outras disposições.....	43
N. 71.—Decreto de 22 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello.	54
N. 72.—Decreto de 24 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Virginia Henriqueta Nunes Magano.....	55
N. 73.—Decreto de 24 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida a Manoel Innocencio de Vasconcellos.....	»
N. 74.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida a José Rebello de Souza Pereira.....	56
N. 75.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel reformado Sebastião Navarro de Andrade.....	»
N. 76.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida a D. Marianna Rosa de Araujo.....	57
N. 77.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Pensão concedida ao Padre Prudencio José das Mercês Tavares, da Provincia do Pará.	»
N. 78.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a mercê pecuniaria concedida ao Major João Nunes Ramalho.....	58
N. 79.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ás filhas do Capitão de Mar e Guerra José Joaquim da Silva.....	»
N. 80.—Decreto de 25 de Outubro de 1836.—Approvando a Tença concedida ao Capitão Tenente João Baptista de Souza.....	59
N. 81.—Decreto de 29 de Outubro de 1836.—Declarando a Jacintho Hippolyto Guion, comprehendido na excepção do art. 10 da Lei de 24 de Novembro de 1830.....	»
N. 82.—Decreto de 8 de Novembro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida a Antonio Salustiano Ferreira.....	60
N. 83.—Decreto de 15 de Novembro de 1836.—Approvando a Aposentadoria concedida a Antonio Rodrigues do Amaral.....	»

COLLECCÃO DAS LEIS



DECRETO N. 1—de 31 de Maio de 1836.

Sanccionando a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que declara comprehendida na excepção do art. 4.º da Lei de 25 de Novembro de 1830 ao Capitão de Mar e Guerra Matheus Welch.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sanccionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Matheus Welch, Inglez de Nação, está comprehendido na excepção do artigo quarto da Lei de vinte cinco de Novembro de mil oitocentos e trinta, para ser reintegrado no Posto de Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e um de Maio de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 2—de 1 de Junho de 1836.

Fazendo extensiva a todos os Officiaes Engenheiros empregados em Comissões as disposições da Lei do 1.º de Outubro de 1834.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sanccionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As disposições da Lei do primeiro de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro são extensivas a todos os Officiaes de Engenheiros empregados em Comissões, ou estas sejam Civis, ou sejam Militares.

Art. 2.º Ficão derogadas as Leis e disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em um de Junho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 3—de 1 de Junho de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Maria Adelaide de Azevedo Peçanha e Souza.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão de duzentos mil réis annuaes, concedida a D. Maria Adelaide de Azevedo Peçanha e Souza, viuva do Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra Antonio Cypriano de Souza.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em um de Junho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 4—de 28 de Junho de 1836.

Autorisando a Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro a organizar a sua Secretaria, Contadoria e Thesouraria, e a dar ratificações aos seus Empregados.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro fica autorizada a organizar a sua Secretaria, Contadoria e Thesouraria, concedendo aos Empregados as necessarias gratificações, sem outro algum emolumento mais que o das Certidões, submettendo, por intermedio do Governo, a organização que fizer á approvação da Assembléa Geral.

Art. 2.º Todos os emolumentos que percebão os Officiaes do extinto Senado da Camara, continuarão a ser percebidos pela Camara Municipal em beneficio das suas rendas.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Junho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJO.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 5—de 28 de Junho de 1836.

Declarando o Padre Antonio Joaquim do Nascimento Belleza no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Padre Antonio Joaquim do Nascimento Belleza, Presbytero Secular, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Junho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJO.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.



DECRETO N. 6—de 4 de Julho de 1836.

Determinando que ás pessoas approvadas nos exames de Pharmacia se conceda o mesmo Titulo, que, antes da Lei de 3 de Outubro de 1832, se concedia.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os exames de Pharmacia determinados no Decreto de vinte nove de Julho de mil oitocentos trinta e cinco, versarão sobre as mesmas materias, que crão objecto delles antes da Lei de tres de Outubro de mil oitocentos trinta e dous; e ás pessoas approvadas se concederá o mesmo Titulo que antes da dita Lei se concedia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 7—de 13 de Julho de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Brigadeiro Manoel Antonio Leitão Bandeira.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Tença de duzentos e vinte mil réis annuaes, concedida pelo Governo ao Brigadeiro Manoel Antonio Leitão Bandeira em Resolução de Consulta do Conselho da Fazenda do primeiro de Julho de mil oitocentos e vinte seis.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 8— de 13 de Julho de 1836.

Declarando que os Membros do extinto Conselho de Estado continuarão a receber os seus ordenados.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Os Membros do extinto Conselho de Estado continuarão a receber o seu respectivo ordenado, fazendo parte delle quaesquer outros vencimentos que percebão a titulo de aposentadoria, reforma, ou jubilação; e bem assim gozarão das prerogativas e honras que lhe competião.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 9— de 13 de Julho de 1837.

Ordenando que a Provincia do Rio de Janeiro dê mais dous Deputados e um Senador á Assembléa Geral, e a da Bahia mais um Deputado e um Senador.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A Provincia do Rio de Janeiro dará mais dous Deputados e um Senador á Assembléa Geral Legislativa.

Art. 2.º A Provincia da Bahia dará mais um Deputado e um Senador.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó

Antonio Paulino Limpo de Abreo



DECRETO N. 10 — de 2 de Agosto de 1836.

Elevando a dous contos e quatrocentos mil réis a Congrua do Bispo de Goyaz.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancconar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica elevada a dous contos e quatrocentos mil réis a Congrua do Bispo de Goyaz.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 11 — de 23 de Agosto de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Primeiro Tenente da Armada João da Silva Lisboa.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancconar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos e sessenta mil réis, concedida por Decreto de quinze de Junho de mil oitocentos trinta e cinco ao Primeiro Tenente da Armada João da Silva Lisboa, comprehendendo-se nella a gratificação de cento e oitenta mil réis que já percebia, em virtude do Decreto de quinze de Maio de mil oitocentos trinta e cinco, pelos serviços prestados á Nação, dos quaes lhe resultou ficar aleijado.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 12 — de 23 de Agosto de 1836.

Approvando as Pensões concedidas aos Segundos Tenentes da Armada Nacional Manoel Lopes Pinhel, e Antonio Velloso.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Ficão approvadas as Pensões annuaes de trezentos mil réis, concedidas por Decretos de seis e sete de Junho de mil oitocentos trinta e seis, aos Segundos Tenentes da Armada Nacional Manoel Lopes Pinhel, e Antonio Velloso, que forão feridos e ficarão aleijados combatendo pelo restabelecimento da ordem na Provincia do Pará.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 13 — de 23 de Agosto de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Commissario da Escuna *União* José Francisco de Souza.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão de vinte cinco mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte um de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco, a José Francisco de Souza, que foi Commissario da Escuna *União*.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Salvador José Maciel.



DECRETO N. 14 — de 26 de Agosto de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Anna Luiza Silveira da Motta.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão de seiscentos mil réis annuaes, concedida por Decreto de dezanove de Novembro de mil oitocentos trinta e dous a D. Anna Luiza Silveira da Motta, em remuneração dos serviços prestados por seu finado marido o Conselheiro Joaquim Ignacio Silveira da Motta.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 15 — de 26 de Agosto de 1836.

Declarando que em lugar de — Maria Felizarda, viuva de Manoel Pinto — mencionada na Resolução de 9 de Outubro de 1835, deve ler-se — Maria Vicencia Teixeira, viuva de Francisco Pinto de Araujo.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Na Resolução de nove de Outubro de mil oitocentos trinta e cinco, em lugar de — Maria Felizarda, viuva de Manoel Pinto — deve ler-se — Maria Vicencia Teixeira, viuva de Francisco Pinto de Araujo.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

**Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.*

DECRETO N. 16 — de 30 de Agosto de 1836.

Ordenando que seja paga pelos cofres da Fazenda Nacional a Pensão de cem mil réis que percebão D. Emerenciana do Nascimento Lima, D. Esmeria Francisca de Lima, e D. Francisca de Borja Lima.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. A Pensão de cem mil réis annuaes concedida por Decreto de vinte tres de Julho de mil oitocentos e dezoito á D. Emerenciana do Nascimento Lima, D. Esmeria Francisca de Lima, e D. Francisca de Borja Lima, deduzida do rendimento do extinto officio de Solicitador dos Feitos da Fazenda de Minas Geraes, será paga pelos cofres da Fazenda Nacional, com sobrevivencia de umas ás outras, na conformidade do Decreto de nove de Fevereiro de mil oitocentos trinta e tres.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 17 — de 30 de Agosto de 1836.

Approvando a mercê da sobrevivencia da Pensão concedida a Maria Antonia da Silva Rosa, e suas irmaãs, da Provincia de Goyaz.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Mercê da sobrevivencia da Pensão de cem mil réis, concedida pela Resolução de Consulta de vinte nove de Julho de mil oitocentos e vinte oito a Maria Antonia da Silva, Rosa Antonia da Silva, e Antonia Francisca da Silva, filhas do Pensionario Antonio Ferreira da Silva, da Cidade de Goyaz, para perceberem repartidamente por fallecimento do dito seu pai.

PARTE I.

2

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 18 — de 30 de Agosto de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Major João Francisco Leal.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de oitenta mil réis concedida ao Sargento Mór effectivo João Francisco Leal, por Decreto de doze de Outubro de mil oitocentos trinta e dous.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 19 — de 31 de Agosto de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel reformado Felix de Seixas Souto Maior.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença de cento e vinte mil réis annuaes concedida por Decreto de treze de Setembro de mil oitocentos vinte e sete, ao Tenente Coronel Felix de Seixas Souto Maior.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em trinta e um de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 20 — de 10 de Setembro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Anna Barbara de Jesus.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão alimentaria de doze mil réis mensaes, concedida por Decreto de dezoito de Setembro de mil oitocentos trinta e tres, a D. Anna Barbara de Jesus, em contemplação dos serviços prestados na guerra da Independencia por seu finado marido o Primeiro Tenente Graduado Felipe Antonio, que foi Patrão Mór do Porto do Rio de Janeiro.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 21 — de 10 de Setembro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Chefe de Esquadra Paulo Freire d'Andrade.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de trezentos mil réis, concedida por Decreto de vinte seis de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco, ao Chefe de Esquadra Paulo Freire de Andrade.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 22 — de 10 de Setembro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel Fredesvindo da Silva Leite.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de cem mil réis, concedida por Decreto de quatro de Julho de mil oitocentos trinta e dous, ao Tenente Coronel Graduado Fredesvindo da Silva Leite.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 23 — de 10 de Setembro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Chefe de Esquadra reformado Joaquim Mourão Pinheiro.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença de trezentos mil réis annuaes, concedida ao Chefe de Esquadra reformado Joaquim Mourão Pinheiro, pela Resolução de Consulta do primeiro de Julho de mil oitocentos e vinte seis.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 24—de 11 de Setembro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a Jesuina Emilia de Medeiros.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida por Decreto de trinta de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro a Jesuina Emilia de Medeiros, viuva do Official da Secretaria da Camara dos Senadores Theodosio Pulquerio da Silva, em remuneração dos serviços por elle prestados no espaço de vinte sete annos.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 25—de 11 de Setembro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Isabel Maria Heredia.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos e vinte mil réis, concedida por Decreto de dezasete de Março de mil oitocentos trinta e cinco a D. Isabel Maria Heredia, em remuneração dos serviços de seu fallecido marido Carlos Maria Heredia, Official da Secretaria da Camara dos Senadores.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 26—de 13 de Setembro de 1836.

Mandando admittir a fazer acto das materias dos respectivos annos os Estudantes dos Cursos Juridicos, que, por falta dos exames, não forão matriculados.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Estudantes dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo e Olinda, que, por falta dos exames de Inglez, Historia, Geometria e Geographia, não forão matriculados, serão admittidos a fazer acto das materias dos respectivos annos, provando que os frequentarão, e que se achão competentemente habilitados; mas não poderão fazer acto do quinto anno sem apresentarem certidão dos ditos exames.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente

dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 27—de 20 de Setembro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Isabel Watson.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão concedida pelo Governo a D. Isabel Watson, viuva do Primeiro Tenente da Armada Nacional, Carlos Watson, correspondente á metade do soldo que este vencia, em Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de trinta e um de Outubro de mil oitocentos e vinte nove.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 28—de 24 de Setembro de 1836.

Mandando comprehender na Aposentadoria concedida ao Conselheiro Antonio Homem do Amaral os vencimentos quo tinha nos lugares annexos ao de Thesoureiro Mór.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Na aposentadoria concedida ao Conselheiro Antonio Homem do Amaral pelo Decreto de dez de Dezembro de mil oitocentos trinta e tres se deve comprehender os vencimentos que tinha nos lugares annexos ao de Thesoureiro Mór, e que exercia pelos Decretos de cinco de Setembro de mil oitocentos e oito, e dezasete de Agosto de mil oitocentos e nove.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 29—de 24 de Setembro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a Salvador Cardozo de Oliveira, com sobrevivencia a suas tres filhas.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Uuico. Fica approvada a Pensão de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de onze de Agosto de mil oitocentos trinta e seis, a Salvador Cardozo de Oliveira, com sobrevivencia á suas tres filhas Isabel Maria de Oliveira, Francisca Ovidia de Oliveira e Thereza Bella de Oliveira, reparadamente.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

DECRETO N. 30—de 1 de Outubro de 1836.

Autorisando o Governo para continuar a pagar ao Cirurgião Mór José Alexandrino Dias de Moura o vencimento de trezentos mil réis.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo continuará a pagar ao Cirurgião Mór, que foi da Tropa de Mato Grosso, José Alexandrino Dias de Moura, o vencimento de trezentos mil réis que lhe foram conferidos na respectiva Patente, e o indemnizará do que tem deixado de receber desde Abril de mil oitocentos trinta e um.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em um de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 31—de 3 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Coronel Graduado Joaquim Francisco das Chagas Catete.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de cento e vinte mil réis, concedida ao Coronel Graduado de primeira linha Joaquim Francisco das Chagas Catete, por Decreto de quinze de Julho de mil oitocentos trinta e cinco, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

PATE I.

DECRETO N. 32—de 3 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Coronel João Carlos Pardal.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Coronel effectivo de primeira linha João Carlos Pardal, por Decreto de trinta de Junho de mil oitocentos trinta e cinco, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

DECRETO N. 33—de 3 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Senador Manoel Ferreira da Camara Bitancourt e Sá, com sobrevivencia a favor de seus nove netos.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de um conto e oitenta mil réis, concedida pelo Decreto do primeiro de Outubro de mil oitocentos trinta e cinco, ao Senador Manoel Ferreira da Camara de Bitancourt e Sá, em plena remuneração de seus serviços, com sobrevivencia a favor de seus nove netos D. Mathilde Manoela da Camara e Oliveira, D. Antonia Carlota da Camara e Oliveira Bitancourt, D. Luiza Ilidia da Camara de Bitancourt e Oliveira, Manoel Antonio de Bitancourt e Oliveira, João Antonio da Camara de Bitancourt e Oliveira, José Joaquim da Camara de Bitancourt e Oliveira, Joaquim José da Camara de Bitancourt e Oliveira, Raymundo Antonio da Camara de Bitancourt e Oliveira, e Antonio Pedro da Camara de Bitancourt e Oliveira.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 34—de 3 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida a D. Leonor Joaquina Lobão.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Tença de duzentos e vinte mil réis annuaes, concedida pelo Governo a D. Leonor Joaquina Lobão, em Resolução de Consulta do Conselho da Fazenda, de trinta de Dezembro de mil oitocentos e vinte oito, em remuneração dos serviços de seu pai o Brigadeiro reformado Francisco Joaquim Lobão.

Art. 2. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 35—de 3 de Outubro de 1836.

Approvando a aposentadoria concedida ao Conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de dous de Maio de mil oitocentos trinta e seis ao Conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho, no Supremo Tribunal de Justiça, com o vencimento annual de dous contos e quatrocentos mil réis.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 36—de 4 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Coronel José Ferreira da Cunha.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Tença de duzentos e vinte mil réis annuaes, concedida pelo Governo ao Coronel José Ferreira da Cunha, por Decreto de vinte quatro de Novembro de mil oitocentos trinta e dous, em remuneração de seus serviços.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 37 — de 10 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Brigadeiro Pedro Labatut.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis concedida pelo Decreto de dez de Maio de mil oitocentos trinta e tres a Pedro Labatut, em remuneração dos serviços que prestára na guerra do reconcavo da Bahia, e na Provincia do Ceará.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 38 — de 10 de Outubro de 1836.

Declarando que as Forças de terra para o anno financeiro de 1837—1838, são as mesmas fixadas pela Lei de 26 de Agosto de 1835, com as alterações neste exaradas.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A Força de terra para o anno financeiro que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e sete ao ultimo de Junho de mil oitocentos trinta e oito, he a mesma fixada pela Lei de vinte seis de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco, para o corrente anno financeiro, com as seguintes alterações.

§ 1.º A dita Força poderá ser elevada desde já ao seu estado completo, ficando o Governo autorizado a recrutar, na conformidade da Lei de seis de Outubro de mil oitocentos trinta e cinco.

§ 2.º O Governo fica autorizado a conceder desde já uma gratificação de campanha, correspondente á terça parte do respectivo soldo, além dos mais vencimentos, a todos os individuos que fizerem parte das expedições dirigidas a qualquer ponto do Imperio, ou nelle se acharem, e cooperarem para o restabelecimento da ordem.

§ 3.º Crear-se-ha na Provincia de Goyaz uma Companhia de Ligeiros com a força de cem praças.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de

Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

LEI N. 39 — de 10 de Outubro de 1836.

Declarando nulla a Lei da Assembléa Legislativa da Parahyba de 19 de Maio de 1835, ácerca do recrutamento.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou e elle sancionou a Lei seguinte.

Artigo Unico. He nulla, e como tal fica de nenhum effeito, a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba, dada em dezanove de Maio de mil oitocentos trinta e cinco, ácerca do recrutamento para o Exercito e Marinha.

Manda portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dez dias do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Carta de Lei, pela qual o Regente em Nome do Imperador manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a nullidade da Lei da Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba, de dezanove de Maio de mil oitocentos trinta e cinco, ácerca do recrutamento.

Para o Regente em Nome do Imperador ver.

José Maria Flory Vidal a fez.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Foi sellada na Chancellaria do Imperio em 12 de Outubro de 1836. — *João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra foi publicada a presente Lei em 15 de Outubro de 1836. — *João Bandeira de Gouvêa.*

Registrada á fl. 54 do Livro 1.º das Leis. Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 13 de Outubro de 1836. — *Luiz José de Brito.*

LEI N. 40 — de 11 de Outubro de 1836.

Mandando suspender na Provincia de S. Pedro do Sul, por espaço de um anno os §§ 6.º até 10 do artigo 179 da Constituição.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II faz saber aos Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e elle sancionou a Lei seguinte.

Art. 1.º Ficão suspensas na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de um anno, contado da publicação da presente Lei na dita Provincia, os §§ 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10 do art. 179 da Constituição, para que o Governo possa autorisar o Presidente da referida Provincia :

§ 1.º Para mandar prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão sem sujeitar a processo, durante o dito espaço de um anno, os iniciados em qualquer dos crimes de resistencia, conspiração, sedição, rebellião, insurreição, o homicidio.

§ 2.º Para fazer sahir para fóra da Provincia, e mesmo assignar lugar certo para residencia, áquelles dos iniciados nos referidos crimes, que a segurança publica exigiu que se não conservem na dita Provincia.

§ 3.º Para mandar dar busca de dia ou de noite em qualquer casa, nos casos dos arts. 188, §§ 2.º, 4.º e 5.º do Código do Processo Criminal.

Art. 2.º São declaradas illicitas todas as Associações secretas na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e as publicas, não sendo autorisadas pelo Presidente da Provincia; e sedição todo o ajuntamento armado em todo ou em parte, que houver de mais de cinco pessoas, contra as autoridades, seus agentes, e execução de seus actos legaes; e qualquer Comandante de força poderá dissolvê-lo pelo uso das armas, se os seus fautores não se dispersarem á primeira intimação que elle lhes fizer.

Art. 3.º Os Officiaes do Exercito de 1.ª e 2.ª Linha, e os da Armada, que, sendo chamados pelo Presidente da Provincia, não se reunirem ás forças da Legalidade, no prazo que elle lhes assignar, além de outras penas em que possam incorrer, perderão as suas Patentes e todos os vencimentos que, por qualquer titulo que seja, perceberem da Fazenda Publica.

Art. 4.º Os Guardas Nacionaes que na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul forem chamados ao serviço, e deixarem de comparecer no tempo que lhes fôr determinado, sem terem obtido escusa, ficarão sujeitos ao recrutamento, para servirem como obrigados nos Corpos de 1.ª Linha.

Art. 5.º O Governo he autorisado a mandar, se julgar necessario, um Corpo destacado de Guardas Nacionaes, que não exceda a seiscentas praças, para servir na referida Provincia do Rio Grande por espaço de um anno, podendo para isso despendar até a quantia de duzentos e cincoenta contos de réis.

Art. 6.º Ficão amnistiados todos os que tiverão parte na sedição de vinte de Setembro de mil oitocentos trinta e cinco, e se submettêrão depois á ordem legal, e cooperarão para que esta prevalecesse.

Art. 7.º Ficão suspensas as Leis em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos onze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem Sanccionar, suspendendo na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de um anno, contado da publicação da presente Lei na dita Provincia, os §§ 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10 do art. 179 da Constituição, como acima se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Francisco Ribeiro dos Guimarães Peixoto a fez.

Registrada á fl. 149 do Livro 1.º de Leis. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça em 12 de Outubro de 1836. — *João Caetano de Almeida França.*

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 13 de Outubro de 1836.—*João Carneiro de Campos.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça em 13 de Outubro de 1836.—*João Carneiro de Campos.*

LEI N. 41—de 14 de Outubro de 1836.

Declarando nulla a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, na parte em que dispõe dos bens pertencentes á Ordem dos Religiosos Carmelitas.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II fez saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e elle sanccionou a Lei seguinte.

Artigo Unico. He nulla, e como tal fica de nenhum effeito a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, dada de 9 de Março de 1835, na parte em que dispõe dos bens pertencentes á Ordem dos Religiosos Carmelitas, extincta pela dita Lei.

Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, revogando a Lei da Assembléa Provincial de Sergipe, na parte em que dispõe dos bens pertencentes a Ordem dos Religiosos Carmelitas, como acima se declara.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Tiburcio Carneiro de Campos a fez.

PART E I.

Registrada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça á fl. 149 v. do Livro das Leis. Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1836.—*João Caetano de Almeida França.*

Gustavo Adolfo de Aguiar Panteja.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.—*João Carneiro de Campos.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça em 17 de Outubro de 1836.—*João Carneiro de Campos.*

DECRETO N. 42—de 15 de Outubro de 1836.

Declarando que as Forças de mar para o anno financeiro de 1837 — 1838, são as mesmas fixadas pela Lei de 27 de Agosto de 1835, com as alterações neste mencionadas.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As Forças de mar para o serviço do anno que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e sete a trinta de Junho de mil oitocentos trinta e oito, são as mesmas fixadas pela Lei de vinte sete de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco para o corrente anno financeiro, com as seguintes alterações:

§ 1.º As Forças navaes poderão, desde já, ser elevadas a tres mil praças, e as de Artilharia de Marinha a mil e duzentas em effectividade de serviço.

§ 2.º O Governo fica autorizado para formar successivamente quatro Companhias fixas de Marinheiros, de cem praças cada uma, abatendo-se esta força das determinadas no § 1.º como fôr mais conveniente.

§ 3.º Os Officiaes do Armada, da Artilharia de Marinha, de Fazenda, e Nautica, quando estiverem embarcados em Navios armados em guerra, perceberão, desde já, mais meio soldo de seus respectivos Postos, além dos vencimentos que actualmente percebem.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Ma-

rinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

DECRETO N. 43—de 15 de Outubro de 1836.

Autorisando o Governo a promover aos postos immediatos os Militares do Exercito e Armada nas Provincias do Pará e S. Pedro do Sul.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para promover aos Postos immediatos, os Militares do Exercito e Armada que, nas Provincias do Pará e de S. Pedro do Rio Grande do Sul, fizerem, ou tiverem feito serviços relevantes para o restabelecimento da ordem, contra os rebeldes nas ditas Provincias.

Art. 2.º Ficão derogadas as Leis e disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 44—de 15 de Outubro de 1836.

Declarando a José Antonio Esperança no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. José Antonio Esperança está no gozo do fôro de Cidadão Brasileiro.

Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 45—de 15 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Thereza Delfina Rita de Lemos e Amaral.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida por Decreto do primeiro de Outubro de mil oitocentos trinta e cinco, a D. Thereza Delfina Rita de Lemos e Amaral.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 46 — de 15 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Candida Maria de Moraes Sarmento.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida por Decreto de dezoito de Maio de mil oitocentos vinte e nove, a D. Candida Maria de Moraes Sarmento, viuva de Estevão José Machado de Moraes Sarmento, em attenção aos serviços que fez como Official da Secretaria da Camara dos Deputados, e como Official-Maior da mesma Secretaria.

Art. 2.º Ficão sem effeito quaesquer disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 47 — de 15 de Outubro de 1836.

Approvando o Contracto celebrado pelo Governo com a casa de Tarrand Thomaz, ácerca da empreza dos Paquetes por vapor.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approved o contracto celebrado pelo Governo aos vinte dous de Abril de mil oitocentos trinta e seis, com a casa de Tarrand Thomaz, se os contractadores concordarem: 1.º, em que seja contemplado entre os portos da escala o de Jaraguá na Provincia das Alagôas: 2.º, em que o tempo do contracto não exceda a dez annos.

Art. 2.º Quando não concordem, fica o Governo autorizado para contractar com qualquer individuo ou Companhia nacional ou estrangeira a empreza de Paquetes por vapor, debaixo das condições que julgar mais vantajosas.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 48 — de 17 de Outubro de 1836.

Declarando que os Alvarás de 16 de Dezembro de 1790, e 17 de Dezembro de 1802, continuarão a regular as reformas dos Officiaes da extincta segunda Linha.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Alvarás de dezaseis de Dezembro de mil setecentos e noventa, e dezasete de Dezembro de mil oitocentos e dous, continuarão a regular as reformas dos Officiaes da extincta segunda Linha, que para ella passarão da primeira antes do Decreto de quatro de Dezembro de mil oitocentos e vinte dous.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 49 — de 17 de Outubro de 1836.

Concedendo aos Continuos da Secretaria e Pagadoria do Arsenal de Guerra o ordenado annual de 300\$000.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Único. Os Continuos da Secretaria e Pagadoria do Arsenal de Guerra desta Côrte, vencerão de ordenado annual trezentos mil réis.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 50—de 17 de Outubro de 1836.

Concedendo ao Governo um credito complementar de dous mil contos.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral Legislativa.

Art. 1.º He concedido ao Governo um credito complementar de dous mil contos de réis, para occorrer ás despesas extraordinarias feitas com a pacificação das Provincias do Pará e S. Pedro do Sul, em os annos financeiros de mil oitocentos trinta e cinco a mil oitocentos trinta e seis, e de mil oitocentos trinta e seis a mil oitocentos trinta e sete, ficando comprehendidos nesta quantia os duzentos e vinte contos creditados no artigo quarto da Lei de vinte dous de Setembro do anno passado, e os duzentos e cincoenta contos autorisados no Projecto de Lei approvado na presente Sessão, que suspende algumas garantias de cidadão na Provincia de S. Pedro do Sul.

Art. 2.º Para haver os fundos concedidos no artigo antecedente, o Governo fará applicação das sobras da Receita geral, que possão haver, além das quantias fixadas em os annos financeiros passados e no corrente; e na falta he autorisado a contrahir um emprestimo dentro do Imperio, que não poderá exceder de mil e quinhentos contos de réis, pelo modo e condições que mais convenientes forem aos interesses nacionaes, devendo o Ministro da Fazenda dar uma conta circumstanciada do emprego desta quantia, logo que se consiga a tranquillidade das mencionadas Provincias, independente do balanço geral da receita e despeza.

Art. 3.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 51 — de 17 de Outubro de 1836.

Approvando as aposentadorias concedidas aos Desembargadores Luiz Antonio Barboza de Oliveira, João Homem de Carvalho, Pedro Madeira de Abreo Brandão, Caetano Ferraz Pinto, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, José Bonifacio de Araujo Azambuja, Antonio de Almeida Silva Freire da Fonseca, André Gonçalves de Souza, e Francisco Xavier Furtado de Mendonça.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão approvadas, com o vencimento do ordenado por inteiro, as aposentadorias concedidas pelos Decretos de tres de Janeiro de mil oitocentos trinta e tres, aos Desembargadores Luiz Antonio Barboza de Oliveira, João Homem de Carvalho, Pedro Madeira de Abreo Brandão, Caetano Ferraz Pinto, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, José Bonifacio de Araujo Azambuja, e Antonio de Almeida Silva Freire da Fonseca, e igualmente as concedidas aos Desembargadores André Gonçalves de Souza, e Francisco Xavier Furtado de Mendonça, pelos Decretos de vinte um de Abril de mil oitocentos trinta e um, declarados pelos de vinte um de Julho de mil oitocentos trinta e seis.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

DECRETO N. 52 — de 17 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador João Martiniano Barata.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de onze de Abril de mil oitocentos trinta e seis a

João Martiniano Barata, no lugar de Desembargador da Relação do Maranhão, com o vencimento annual de quatrocentos mil réis, terça parte do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 53—de 17 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de treze de Dezembro de mil oitocentos trinta e dous a Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, no lugar de Desembargador da Relação de Pernambuco, com o vencimento annual de seiscentos mil réis, metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 54—de 17 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Costa Barradas.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

PARTE I.

5

Artigo Unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de tres de Junho de mil oitocentos trinta e tres a Manoel da Costa Barradas, no lugar de Desembargador dos Aggravos da extincta Casa da Supplicação, com o vencimento do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 53—de 17 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco José Nunes.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de treze do Dezembro de mil oitocentos trinta e dous, a Francisco José Nunes, no lugar de Desembargador da Relação da Bahia, com o vencimento annual de seiscentos mil réis, metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 56—de 20 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Marechal de Campo reformado
Duarte Guilherme Corrêa de Mello.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II
tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte
da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de duzentos
e vinte mil réis, correspondente ao Posto de Coronel effec-
tivo, concedida pelo Decreto de vinte tres de Março de mil
oitocentos trinta e cinco ao Marechal reformado Duarte Gui-
lherme Corrêa de Mello.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario
de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente
dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com
os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte
de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto
da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 57—de 20 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Major José Fernandes dos Santos.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II
tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte
da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de oitenta
mil réis, concedida pelo Decreto de quatorze de Setembro
de mil oitocentos trinta e cinco, ao Major da primeira Linha
José Fernandes dos Santos.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario
de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente
dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com
os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte
de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da
Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 58—de 20 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Coronel Franciseo Carlos de Moraes.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida pelo Decreto de dezasete de Março de mil oitocentos trinta e cinco ao Coronel Francisco Carlos de Moraes, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 59—de 20 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Coronel reformado Felix Merme.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de cento e quarenta mil réis, concedida pelo Decreto de quinze de Julho de mil oitocentos trinta e cinco ao Coronel reformado Felix Merme, correspondente ao Posto de Tenente Coronel effectivo.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 60 — de 29 de Outubro de 1836.

Autorisando os Directores dos Cursos Juridicos a admittir a fazer acto os Estudantes que se acharem habilitados pela Congregação.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Directores dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de Olinda e S. Paulo ficão autorisados a admittir a fazer acto das materias de qualquer dos annos aos Estudantes que até a publicação desta Lei tiverem frequentado e provado os ditos annos, e se acharem habilitados pela Congregação, pagando as competentes matriculas.

Art. 2.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 61 — de 20 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Anna Rodozinda Vendelina da Silva.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de cento trinta e tres mil trezentos trinta e tres réis e um terço, concedida pelo Decreto de vinte oito de Julho de mil oitocentos trinta e dous, a D. Anna Rodozinda Vendelina da Silva, em remuneração dos serviços de seu finado marido o Capitão José Pedro Carlos da Fonseca.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte

de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 62 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Brigadeiro Raymundo José da Cunha Matos.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de trezentos mil réis, concedida pelo Decreto de tres de Junho de mil oitocentos trinta e cinco ao Brigadeiro Raymundo José da Cunha Matos, diminuindo-se a quantia de vinte mil réis, quando tenha obtido o Habito da Ordem de Aviz.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FELJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 63 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de duzentos

e vinte mil réis, concedida pelo Decreto de vinte oito de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 64 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida repartidamente aos filhos do finado Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão de quatrocentos mil réis, concedida pelo Decreto de vinte seis de Fevereiro de mil oitocentos trinta e quatro, repartidamente, a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Guilhermina Amalia Corrêa Pedreira, Josepha Carolina Corrêa Pedreira, Maria Romana Corrêa Pedreira, João Pedreira do Couto Ferraz, e Umbelina Adelaide Corrêa Pedreira, em remuneração dos serviços de seu finado pai o Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 65 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Rodrigues de Lima Pinto.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida pelo Decreto de dezanove de Fevereiro de mil oitocentos trinta e cinco ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Rodrigues de Lima Pinto, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 66 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida a D. Anna Joaquina Galvão de Moura e Lacerda, e suas tres irmãs.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de trezentos mil réis, concedida pela Resolução de Consulta de oito de Abril de mil oitocentos vinte e seis, repartidamente a D. Anna Joaquina Galvão de Moura e Lacerda, D. Maria Theodora Galvão, D. Joanna Baptista Galvão, e D. Escolastica Joaquina Galvão de Moura e Lacerda, em remuneração dos serviços prestados no longo espaço de sessenta annos, por seu finado pai o Brigadeiro reformado José Pedro Galvão de Moura e Lacerda.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com

os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 67 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Capitão Tenente João Francisco Regis.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de oitenta mil réis, concedida por Decreto de cinco de Setembro de mil oitocentos trinta e cinco, ao Capitão Tenente da Armada Nacional João Francisco Regis, em remuneração de seus serviços, diminuindo-se porém a quantia de vinte mil réis, quando tenha obtido o Habito da Ordem de Aviz.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 68 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

PARTE I.

6

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de trezentos mil réis. correspondente ao Posto de Brigadeiro, concedida pelo Decreto de dous de Abril de mil oitocentos trinta e cinco ao Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

DECRETO N. 69 — de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Capitão de Fragata Guilherme Eyre.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos e sessenta mil réis, concedida por Decreto de quatro de Julho de mil oitocentos trinta e seis a Guilherme Eyre, Capitão de Fragata da Armada Nacional, em attenção de ter sido gravemente ferido no combate que sustentou contra os rebeldes da Provincia do Pará.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

LEI N. 70 — de 22 de Outubro de 1836.

Orçando a Receita, e fixando a Despesa Geral do Imperio para o anno financeiro de 1837—1838, e outras disposições.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou e elle sancionou a Lei seguinte.

TITULO I.

DESPEZA GERAL.

Art. 1.º A Despesa Geral do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1837 a 30 de Junho de 1838 he fixada na quantia de..... 42.844:666\$030

CAPITULO I.

Ministerio dos Negocios do Imperio.

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio he autorisado a dispendar em todo o Imperio no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a dotação de Sua Magestade o Imperador	200:000\$000
2.º Com alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Januaria, e da Princeza a Senhora D. Francisca.....	16:800\$000
3.º Com os ordenados do tutor e Mestres, e despesas com a instrucção de Sua Magestade Imperial, e Altezas, inclusive um conto de réis, desde já, para o Mestre de Equitação.	13:264\$000
4.º Com o Regente do Imperio.....	20:000\$000
5.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	28:070\$000
6.º Com os Presidentes das Províncias, e ajudas de custo.....	80:000\$000
7.º Com a Camara dos Senadores, inclusive a quantia de vinte nove contos e quinhentos mil réis para a Secretaria, e mais despesas.	203:200\$000
8.º Com a Camara dos Deputados, sua Secretaria, inclusive 600\$000, desde já, para a gratificação de 50\$000 mensaes á pessoa de reconocida habilidade, que por nomeação do 1.º Secretario se obrigue a ensinar Tachigraphia.	270:800\$000

9.º Com ajuda de custo para ida e volta dos Deputados.....	70:000\$000
10. Com os Cursos Juridicos.....	53:500\$000
11. Com as Escolas de Medicina.....	54:600\$000
12. Com a Academia das Bellas Artes. ...	8:146\$000
13. Com o Museu, inclusive 200\$000 de gratificação, além do ordenado, ao Guarda Porteiro e Preparador.....	4:224\$000
14. Com o Correio Geral.....	130:000\$000
15. Com a Junta do Commercio.....	19:200\$000
16. Com os Empregados na Policia dos Portos, ficando elevado a 600\$000 o ordenado do Professor de Saude, e a 400\$000 o do Interprete Secretario do Porto de Pernambuco.	18:314\$000
17. Com os canaes, pontes, e estradas geraes, inclusive 2:000\$000 mensaes para a estrada da Serra de Paraty, e 12:000\$000, desde já, para o canal da Pavuna.....	72:000\$000
18. Com a continuação do Monumento levantado á Independencia no Ypiranga.....	4:000\$000
19. Com despesas eventuaes.....	30:000\$000

No Municipio da Corte.

20. Com Escolas menores de Instrucção Publica.....	21:000\$000
21. Com a Bibliotheca Publica.....	6:214\$000
22. Com o Jardim Botanico.....	9:340\$000
23. Com o Passeio Publico.....	2:400\$000
24. Com a Vaccina.....	1:750\$000
25. Com a Illuminação da Cidade.....	70:270\$000
26. Com Obras Publicas, e reparo do Seminario de S. Joaquim, incluidos dezasete contos de réis, desde já, para a reedificação do Salão, e reparo do Paço do Senado.....	120:000\$000

Somma o Ministerio do Imperio..... 1.527:092\$000

CAPITULO II.

Ministerio dos Negocios da Justiça.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça he autorizado a despende no anno financeiro desta Lei :

1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	20:924\$000
2.º Com o Supremo Tribunal de Justiça..	67:266\$660
3.º Com as Relações.....	176:218\$800
4.º Com a instrução e armamento da Guarda Nacional.....	102:000\$000
5.º Com os Bispos e Relação Ecclesiastica, ficando elevada a 3:600\$000 a congrua do Arcebispo Metropolitano, e a 2:400\$000 a de todos os Bispos do Imperio, e dando-se, desde já, ao Bispo de Anemuria, Coadjutor do Capellão-Mór 1:200\$000, incluindo-se nesta quantia qualquer outra, que receba da Fazenda Nacional.....	25:000\$000
6.º Com despesas eventuaes.....	12:000\$000

No Municipio da Corte.

7.º Com a Cathedral e Capella Imperial, ficando elevada a 1:200\$000 a congrua dos Monsenhores, a 800\$000 a dos Congegos, que residirem, ou forem dispensados por molestia, ou idade avançada, e a 400\$000 a dos Capellães.	50:673\$900
8.º Com Parochos.....	12:214\$220
9.º Com as Justiças territoriaes.....	13:200\$000
10. Com a Policia e segurança Publica...	27:792\$000
11. Com a Guarda Nacional.....	1:950\$000
12. Com os Municipaes Permanentes.....	180:000\$000
13. Com os Lazaros.....	6:000\$000
14. Com casas de prisão com trabalho e reparos de Cadeias.....	60:000\$000
15. Com a conducção, vestuario, e sustento de presos pobres.....	12:000\$000
Somma o Ministerio da Justiça.....	767:259\$580

CAPITULO III.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros he autorizado a despende no anno financeiro desta Lei :

1.º Com a Seretaria de Estado e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	24:768\$800
--	-------------

2.º Com as Commissões Mixtas.....	13:670\$000
3.º Com as Legações e Consulados, e ajuda de custo, e despezas eventuaes, fóra a differença do cambio da despeza, que se realizar em moeda estrangeira.....	109:310\$000
Somma o Ministerio dos Estrangeiros.....	147:748\$800

CAPITULO IV.

Ministerio dos Negocios da Marinha.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha he autorisado a despende no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, inclusive a despeza da impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	25:800\$000
2.º Com os Officiaes do Corpo da Armada, Guardas Marinhas, e Aspirantes.....	161:765\$000
3.º Com o Corpo de Artilharia de Marinha.	145:665\$000
4.º Com a Academia, supprimido o lugar de Cirurgião, e sendo singelas as comedorias do Commandante.....	11:074\$000
5.º Com os Navios armados.....	542:976\$000
6.º Com os Navios desarmados.....	65:904\$000
7.º Com os Paquetes, inclusive 100:000\$000 para compra de barcos de vapor, que fação este serviço nos Portos do Imperio, não podendo esta quantia ter diversa applicação....	172:000\$000
8.º Com os Arsenaes, seus operarios, escravos da Nação, galés, invalidos, e reparos de edificios, não podendo os Inspectores receber gratificação alguma por outro serviço..	432:000\$000
9.º Com as Intendencias e Empregados na arrecadação da Fazenda, e expediente de diversas Repartições.....	52:303\$000
10. Com o Hospital da Marinha.....	12:906\$000
11. Com a Auditoria e Executoria, e seu expediente, elevado o ordenado do Auditor a 720\$000, e vencendo 280\$000 como Fiscal, supprimido o lugar de seu Ajudante.....	1:380\$000
12. Com as obras, custeio de Pharoes, barcas de soccorro, estabelecimento de boias, e melhoramento de portos.....	120:000\$000
13. Com os Reformados e Avulsos.....	54:995\$000

Somma o Ministerio da Marinha..... 1.798:768\$000

CAPITULO V.

Ministerio dos Negocios da Guerra.

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra he autorisado a despendar no anno financeiro desta Lei :

1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	24:121\$000
2.º Com o Conselho Supremo Militar.....	12:664\$670
3.º Com os Commandantes das Armas.....	18:159\$600
4.º Com o Estado-Maior do Exercito, Officiaes dos Corpos, Officiaes avulsos, , comprehendidos os da 2.ª Linha, que vencem soldo, e Reformados	1.033:287\$030
5.º Com o Corpo de Engenheiros.....	30:209\$980
6.º Com os Corpos de 1.ª Linha, e Companhia de Artifices.....	1.316:370\$100
7.º Com as Divisões de Pedestres, e Ligeiros do Rio Doce, Maranhão, Espirito Santo e Goyaz.	68:498\$440
8.º Com os Hospitaes Regimentaes.....	26:802\$000
8.º Com Academia Militar	22:520\$000
10. Com o Archivo Militar, e Officina Lithographica	6:923\$800
11. Com os Arsenaes de Guerra, e Armazens de Artigos bellicos, podendo ser elevados ao numero de duzentos os menores addidos ao Arsenal da Côrte.....	200:000\$000
12. Com gratificações, cavalgaduras dos Officiaes Engenheiros, e das outras Armas, que possuem ser empregados.....	6:000\$000
13. Com Telegraphos, luzes, diarias a presos condemnados a trabalhos, soldadas a patrões e remadores de escaleres, alugueis do casas, transporte, e outras despezas.....	32:800\$000
14. Com a continuação das obras, de reparos dos edificios que o Governo julgar indispensaveis, e com despezas eventuaes.....	70:000\$000
15. Com a divida passiva militar posterior ao anno de 1826.....	100:000\$000

Somma o Ministerio da Guerra..... 2.998:356\$620

CAPITULO VI.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda he autorisado a despendere no anno financeiro desta Lei :

1.º Com a divida externa fundada, £. 380.090, calculadas ao cambio de 43 ¹ / ₃ dinheiros sterlinos por mil réis ao par.....	2.111:611\$110
2.º Com a Divida interna fundada, incluidos 3:090\$887, dos juros do Legado de Manoel Fernandes Guimarães á Casa Pia da Provincia de Mato Grosso	1.490:000\$000
3.º Com a Caixa da Amortização e filial da Bahia.	18:280\$000
4.º Com o Tribunal do Thesouro e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	61:472\$800
5.º Com as Thesourarias filiaes nas Provincias.	243:052\$000
6.º Com Alfandegas, Mesas de diversas Rendadas, Recebedorias e Collectorias	800:000\$000
7.º Com a Casa da Moeda.....	30:176\$120
8.º Com a operação do troco do papel e cobre	20:000\$000
9.º Com os empregados de Repartições extinctas	118:622\$000
10. Com Aposentados, inclusive réis 1:800\$, desde já, para aposentadoria do Conselheiro João José Lopes Mendes Ribeiro, contemplado no Decreto N. 79 de 9 de Outubro de 1835..	165:413\$000
11. Com Pensões	152:694\$000
12. Com Meios soldos	94:514\$000
13. Com Tenças.....	29:455\$000
14. Com o Monte Pio.....	41:171\$000
15. Com o córte e conducção de pão-brasil, pagamento dos bens de defuntos e ausentes, restituições, descontos dos bilhetes da Alfandega e Mesas de diversas Rendadas, obras e reparos de edificios á cargo deste Ministerio, gratificações extraordinarias, e despezas eventuaes.....	199:000\$000

Somma o Ministerio da Fazenda..... 5.575:461\$030

TITULO II.

Da Receita geral.

CAPITULO UNICO.

Art. 8.º Do 1.º de Julho de 1837 em diante ficão abolidas as seguintes imposições:

1.º Contribuição sobre os couros despachados para o consumo da Provincia.

2.º Meio soldo das Patentes militares.

Art. 9.º Do 1.º de Julho de 1837 em diante ficão alteradas, pela maneira abaixo especificada, as seguintes imposições:

1.º O imposto de ancoragem, estabelecido pelo art. 9.º, § 1.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, será elevado a trinta réis por tonelada das embarcações nacionaes, que não forem de cabotagem, e das Estrangeiras.

2.º O imposto de 20 por cento sobre os couros na Provincia de S. Pedro do Rio Grande será reduzido a 15 por cento.

3.º O imposto estabelecido pelo art. 9.º, § 10 da Lei de 31 de Outubro de 1835, sobre os carneiros e porcos, será reduzido á metade.

4.º O imposto estabelecido pelo § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812 será substituido nesta Côte e nas Capitães da Bahia, Pernambuco e Maranhão pelo novo imposto de 10 por cento do aluguel das lojas constantes do citado paragrapho, e extensivo a qualquer casa ou loja, que contiver generos expostos á venda, seja por grosso ou a retalho; e bem assim ás casas de consignaço de escravos, ás em que se vender carne verde, ás fabricas de charutos, ás cocheiras e cavalharias que continhão segos e cavallos de aluguel, e aos escriptorios dos Negociantes, Advogados, Tabelliaes, Escrivães, Corretores, e Cambistas. Nas demais Cidades e Villas do Imperio, sujeitas ao antigo imposto, será este cobrado, como d'antes, sendo porèm extensivo aos novos objectos de que trata este paragrapho.

Art. 10. Ficão desde já alteradas, pela maneira abaixo declarada, as seguintes imposições.

1.º Os direitos de reexportação e baldeação das mercadorias despachadas para a Costa d'Africa ficão elevados a 15 por cento.

2.º A taxa estabelecida pela base 3.ª do § 3.º do art. 9.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, sobre os Jornaes e mais publicações periodicas, fica reduzida a dez réis por numero, sem attenção ao peso e distancia. As cartas do Correio de terra, e as vindas de Paizes estrangeiros, pagarão o mesmo que pagavão antes de Julho do presente anno.

Art. 11. A isenção de direitos, concedida pelo art. 51, § 4.º

PARTE I.

da Lei de 15 de Novembro de 1831, ás machinas ainda não usadas nas Províncias, onde forem importadas, fica extensiva, desde já, ás machinas de vapor introduzidas e applicadas á qualquer industria do Paiz, aos livros mandados vir por particulares para seu uso, bem como aos animaes para o melhoramento das raças.

Art. 12. Ficão livres dos direitos de importação, desde já, até o fim do 1.º semestre do anno financeiro desta Lei, os generos de Estiva que forem de primeira necessidade, importados e despachados para consumo na Provincia do Pará.

Art. 13. Ficão isentos da taxa do sello todos os papeis expedidos pelas Repartições de Fazenda, relativos á fiscalisação e contabilidade das rendas publicas, excepto quando forem ajuizados ou produzidos como documentos fóra das referidas Repartições.

Art. 14. Pertencem á Receita Geral do Imperio as seguintes imposições:

- 1.º Direitos de 15 % de importação
- 2.º Ditos de 15 % additionaes do chá.
- 3.º Ditos de 50 % da importação da polvora.
- 4.º Ditos de 2 % de reexportação e baldeação.
- 5.º Ditos de 13 % additionaes das mercadorias despachadas para a Costa d'Africa, conforme o art. 10, § 1.º desta Lei.
- 6.º Ditos de $1\frac{1}{2}$ % do expediente das Alfandegas.
- 7.º Ditos de $\frac{1}{2}$ % do premio des Assignados.
- 8.º Ditos de 7 % de exportação.
- 9.º Ditos de 15 % nos couros (S. Pedro do Rio Grande).
10. Ditos de 15 % das embarcações Estrangeiras, que passam a ser Nacionais.
11. Multas por infracção do Regulamento das Alfandegas.
12. Armazenagem.
13. Ancoragem, conforme o § 1.º do art. 9.º desta Lei.
14. Braçagem do fabrico das moedas de ouro e prata.
15. Imposto sobre a mineração do ouro e outros metaes.
16. Renda Diamantina.
17. Fóros dos terrenos de Marinha, menos no Municipio da Cidade do Rio de Janeiro.
18. Matriculas dos Cursos Juridicos, e multas das Academias.
19. Taxas do Correio Geral.
20. Sizas dos bens de raiz.
21. Dizima de Chancellaria, conforme o art. 9.º, § 2.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, nos casos em que pelas Leis anteriores era devida, entendendo-se assim, desde já, a referida Lei.
22. Contribuição do Monte Pio.
23. Joias da Ordem do Cruzeiro.
24. Mestrado das Ordens Militares, e tres quartos das Tenças.

25. Rendimento da Typographia Nacional.
26. Producto da venda dos proprios Nacionaes, do pão-brasil, da polvora, e de outros generos de propriedade Nacional, sujeitos á Administração Geral.
27. Bens de Defuntos e Ausentes e remancentes de Depósitos das Caixas Geraes.
28. Agio das moedas de ouro e prata.
29. Alcances de Recebedores, e Thesoureiros Geraes.
30. Reposições e restituições de Rendas, e Despezas Geraes.
31. Dons gratuitos.
32. Juros de Apolices.
33. Rendimento dos Proprios Nacionaes, dos Arsenaes, e Estabelecimentos de Administração Geral.
34. Cobrança da Divida Activa, conforme o art. 11 n. 34 da Lei de 31 de Outubro de 1835, e o art. 21 da presente Lei.
35. Premios dos Depositos publicos.
36. Alienação de Capellas vagas.
37. Augmento da Decima urbana até uma legua, além da Cidades do Rio de Janeiro e Nietheroy.
38. Segunda Decima das Corporações de mão morta.
39. Direitos de Chancellaria das mesmas.
40. Um quarto por cento de reforma das Apolices.
41. Novos e velhos Direitos dos Empregos e Officios Geraes e de Chancellaria.

No Municipio da Côte.

42. Donativos e terças partes dos officios.
43. Sello das heranças e legados.
44. Emolumentos da Policia.
45. Decima dos predios urbanos.
46. Dizimo de exportação na fórma do § 6.º do art. 9.º da Lei de 31 de Outubro de 1835.
47. Imposto nas casas de leilão e modas.
48. 20 % de consumo d'aguardente da terra.
49. Imposto sobre o gado do consumo conforme o art. 9.º, § 40 da Lei de 31 de Outubro de 1835, e o art. 9.º, § 3.º desta Lei.
50. Meia siza de escravos.
51. Rendimento do Evento.

Renda com applicação especial.

52. Imposto sobre as lojas conforme o § 4.º, art. 9.º desta Lei.
53. Dito sobre as seges e barcos do interior.
54. Ditos de 5 % na venda das embarcações nacionaes.

55. Dito do sello do papel.

56. Taxa de mil réis sobre os escravos.

57. Productos dos contractos com as novas Companhias de mineração.

58. Dito da moeda de cobre inutilisada.

59. Sobras da Receita geral.

Art. 15. O Governo he autorisado a arrecadar, no anno financeiro desta Lei, todos os impostos de que trata o artigo antecedente.

Art. 16. Fica orçada a Receita Geral do Imperio para o anno financeiro desta Lei na quantia de Rs. 14.000:000\$000.

TITULO III.

Disposições geraes.

CAPITULO UNICO.

Art. 17. O Governo aposentará, segundo o disposto no art. 94 da Lei de 4 de Outubro de 1831, os empregados das Repartições extinctas, que não poderem servir nas que ora existem, não podendo accumular os vencimentos da aposentadoria com os de qualquer novo emprego.

Art. 18. O Governo fica autorisado a fazer em bilhetes da Alfandega as consignações mensaes para a Caixa d'Amortização, com tanto que se elles venção antes dos pagamentos da mesma Caixa.

Art. 19. Fica o Governo autorisado, desde já, a contractar por um a tres annos o serviço das Capatazias das Alfandegas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, preferindo quem o fizer com gente livre ainda por mais de 5 por cento a quem o fizer com escravos.

Art. 20. Igualmente fica autorisado o Governo a conceder á Provincia de Minas Geraes os quartéis dos extinctos destacamentos para prisões nos districtos dos Juizes de Paz, que não forem de cidades ou villas, quando sejam pedidos pela respectiva Assembléa Provincial.

Art. 21. A metade da cobrança da Divida activa, proveniente de impostos Provinciaes, e anterior ao 1.º de Julho de 1836, fica pertencendo ás respectivas Provincias, cujos Governos a promoverão, guardadas as Leis geraes.

Art. 22. Os metaes preciosos em pó, barra, pinha, ou em moeda, e a polvora fabricada por conta do Governo, não estão comprehendidos na disposição do art. 9.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, e continuarão a pagar somente os 2 % de exportação.

Art. 23. O Governo supprirá, desde já, pelos cofres da Renda Geral o *deficit* das Provinces, cujas rendas não chegarem para as suas despezas; não excedendo porém o supprimento á differença que houver entre a Despesa Provincial fixada pela Lei de 8 de Outubro de 1833, e a renda, que foi deixada a cada Provincia pela Lei de 31 de Outubro de 1835.

Art. 24. O Governo apresentará na primeira futura sessão da Assembléa Geral os seguintes quadros: 1.º, da divida fluctuante proveniente de serviços não pagos desde o 1.º de Janeiro de 1827 até o ultimo de Junho de 1836, acompanhado de Tabellas parciaes da divida de cada Provincia, classificada por annos, e com declaração dos serviços, a que pertencer cada uma das verbas, cujo total perfizer o da mesma divida e da parte desta, que se reputar inexigivel; 2.º, da divida passiva anterior ao 1.º de Janeiro de 1827, que ainda não estiver inscripta conforme o disposto na Lei de 15 de Novembro de 1827, com declaração das sommas, que presumir inexigiveis; e 3.º, da divida activa do Imperio, classificada por Provinces, e com declaração das quantias, que julgar incobraceis, ou perdidas.

Art. 25. Os Empregados Publicos continuarão a receber os seus ordenados na fórma do art. 16 da Lei de 31 de Outubro de 1835.

Art. 26. Ficão em vigor todas as disposições da Lei de 31 de Outubro de 1835, que não versarem particularmente sobre a Receita, ou fixação de Despesa, e que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 27. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despesa Geral

do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1837 ao ultimo de Junho de 1838, e dispondo varias providencias a respeito.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

João Rodrigues Silva a fez.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.— *João Carneiro de Campos.*

Foi publicada na Secretaria do Tribunal do Thesouro Publico Nacional em 23 de Outubro de 1836.— *João Maria Jacobina.*

Registrada na mesma Secretaria á fl. 67 v. do Livro 1.º de Cartas de Lei. Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1836.— *Joaquim Diniz da Silva Faria.*

DECRETO N. 71—de 22 de Outubro de 1836.

Approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de vinte seis de Novembro de mil oitocentos trinta e tres a Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, no lugar de Desembargador da Relação da Bahia, com o vencimento annual de seiscentos mil réis, metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 72—de 24 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Virginia Henriqueta Nunes Magano.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de cinco de Novembro de mil oitocentos trinta e quatro, a D. Virginia Henriqueta Nunes Magano, viuva de Fortunato Marcondes de Carvalho Magano.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 73—de 24 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida a Manoel Innocencio de Vasconcellos.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de treze de Dezembro de mil oitocentos e trinta, a Manoel Innocencio de Vasconcellos, no emprego de Escrivão Deputado da extincta Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, com vencimento do ordenado por inteiro.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 74—de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida a José Rebello de Souza Pereira.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria, concedida pelo Decreto de vinte um de Novembro de mil oitocentos trinta e tres, a José Rebello de Souza Pereira, Official da Secretaria do Conselho Supremo Militar, com o vencimento de trezentos e sessenta mil réis por anno.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 75—de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Tenente Coronel reformado Sebastião Navarro de Andrade.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença anual de cento e vinte mil réis, concedida por Decreto de vinte um de Maio de mil oitocentos trinta e cinco, ao Tenente Coronel reformado de primeira linha Sebastião Navarro de Andrade.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 76 — de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida a D. Marianna Rosa de Araujo.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida pelo Decreto de sete de Maio de mil oitocentos trinta e cinco, a D. Marianna Rosa de Araujo, viuva de Caetano Luiz de Araujo.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 77 — de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Pensão concedida ao Padre Prudencio José das Mercês Tavares, da Provincia do Pará.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de vinte tres de Setembro de mil oitocentos trinta e seis, ao Padre Prudencio José das Mercês Tavares, em remuneração dos relevantes serviços prestados na Provincia do Pará em defeza da causa da legalidade e restabelecimento da Ordem Publica.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

PART E I.

DECRETO N. 78—de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Mercê pecuniaria concedida ao Major João Nunes Ramalho.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Mercê pecuniaria de cento e dez mil réis annuaes, concedida pelo Decreto de vinte dous de Julho de mil oitocentos trinta e cinco, ao Major João Nunes Ramalho; a saber: cem mil réis de Tença correspondente ao seu Posto, e dez mil réis por ter sido ferido em campanha.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 79—de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ás filhas do Capitão de Mar e Guerra José Joaquim da Silva.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Tença annual de cento e vinte mil réis, concedida, repartidamente, ás filhas do Capitão de Mar e Guerra José Joaquim da Silva, em Resolução de Consulta de vinte nove de Julho de mil oitocentos trinta e um.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 80 — de 25 de Outubro de 1836.

Approvando a Tença concedida ao Capitão Tenente João Baptista de Souza.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Tença annual de oitenta mil réis, concedida pelo Decreto de dezoito de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco ao Capitão Tenente da Armada Nacional João Baptista de Souza.

Art. 2.º He concedida ao dito Official uma Pensão annual de vinte mil réis, por ter sido duas vezes ferido em campanha.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO N. 81 — de 29 de Outubro de 1836.

Declarando a Jacintho Hippolyto Guion, comprehendido na excepção do art. 10 da Lei de 24 de Novembro de 1830.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Jacintho Hippolyto Guion, Francez de Nação, empregado no Exercito do Brasil desde mil oitocentos e vinte tres até Maio de mil oitocentos trinta e um, está comprehendido na excepção do artigo decimo da Lei de vinte quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO N. 82 — de 8 de Novembro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida a Antonio Salustiano Ferreira.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria, concedida pelo Decreto de trinta de Junho de mil oitocentos trinta e cinco, a Antonio Salustiano Ferreira, no emprego de Administrador da Mesa da Abertura da Alfandega da Cidade da Bahia, com o ordenado de seiscentos mil réis que percebia.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Novembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO N. 83 — de 15 de Novembro de 1836.

Approvando a Aposentadoria concedida a Antonio Rodrigues do Amaral.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II sancionou e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de onze de Agosto de mil oitocentos trinta e seis a Antonio Rodrigues do Amaral, no lugar de Escrivão da extincta Intendencia e conferencia da Casa da fundição da Provincia de Mato Grosso, com o vencimento do ordenado por inteiro.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Novembro de mil oitocentos trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

